



# REVISTA DA CORREGEDORIA

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Ano III - Número 4 - Abril/2015

Campinas/SP



### O Planejamento Estratégico

da Corregedoria para 2015 traz o compromisso de desenvolver ações com foco na uniformização de procedimentos, no âmbito da 15ª Região. Assim, dá-se prosseguimento à missão do órgão – “fiscalizar e orientar os procedimentos de trabalho, nas unidades de 1ª instância, para assegurar a qualidade dos serviços prestados”.



Páginas 10 a 13



| Cursos<br>(Processos) | Unidades | Variáveis Absolutas                 |                                 |                                                                                |                                                       | Variáveis Comparativas                  |                 |                                                                |                                        |        |                                  |                         |                                          |              |
|-----------------------|----------|-------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-----------------|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------|--------|----------------------------------|-------------------------|------------------------------------------|--------------|
|                       |          | Congestionamento no<br>conhecimento | Congestionamento na<br>execução | Congestionamento de<br>processamento de<br>incidentes processados<br>em RLA AP | Congestionamento de<br>atualização de RQ<br>em RLA AP | Variação percentual de<br>remissa de AI | Vazio processal | Média de tempo em<br>dias do ajuizamento até<br>o arquivamento | Previdência de<br>Prestados de Serviço | Aceiro | Balanco de cartas<br>precatórias | Índice da Produtividade | Força de Trabalho em<br>relação ao Ideal | Índice Geral |
| De 751 a 1000         | 1)       | 0,53                                | 0,36                            | 0,42                                                                           | 0,11                                                  | 1,00                                    | 0,50            | 0,39                                                           | 0,92                                   | 0,31   | 0,51                             | 71,0%                   | 0,41                                     | 0,43         |
|                       | 2)       | 0,31                                | 0,11                            | 0,24                                                                           | 0,15                                                  | 0,41                                    | 0,75            | 0,17                                                           | 0,36                                   | 0,56   | 0,31                             | 61,0%                   | 0,40                                     | 0,40         |
|                       | 3)       | 0,36                                | 0,29                            | 0,16                                                                           | 0,05                                                  | 1,00                                    | 0,51            | 0,70                                                           | 0,43                                   | 0,73   | 0,90                             | 84,0%                   | 0,56                                     | 0,56         |
|                       | 4)       | 0,40                                | 0,59                            | 0,48                                                                           | 0,10                                                  | 0,64                                    | 0,81            | 0,36                                                           | 0,36                                   | 0,47   | 0,45                             | 59,1%                   | 0,70                                     | 0,64         |
|                       | 5)       | 0,26                                | 0,39                            | 0,47                                                                           | 0,00                                                  | 0,50                                    | 0,61            | 0,43                                                           | 0,63                                   | 0,53   | 0,53                             | 74,0%                   | 0,45                                     | 0,48         |
|                       | 6)       | 0,48                                | 0,59                            | 0,47                                                                           | 0,15                                                  | 0,30                                    | 0,84            | 0,34                                                           | 0,48                                   | 0,63   | 0,53                             | 73,0%                   | 0,47                                     | 0,47         |
|                       | 7)       | 0,47                                | 0,61                            | 0,23                                                                           | 0,00                                                  | 1,00                                    | 0,10            | 0,23                                                           | 0,50                                   | 0,36   | 0,36                             | 55,0%                   | 0,35                                     | 0,49         |
|                       | 8)       | 0,52                                | 0,74                            | 0,51                                                                           | 0,20                                                  | 0,36                                    | 0,73            | 0,52                                                           | 0,49                                   | 1,00   | 0,62                             | 94,0%                   | 0,54                                     | 0,58         |

A row of wooden chess pieces, including pawns, knights, bishops, and a king, is arranged on a dark, reflective conference table. The background shows a modern office environment with rows of empty chairs and large windows, suggesting a strategic meeting or negotiation.



Fórum piracicabano se destaca por prática conciliatória - **Pg. 28**

# EXPEDIENTE

Revista da Corregedoria - publicação interna quadrimestral on-line  
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

## CORREGEDOR REGIONAL

Desembargador Gerson Lacerda Pistori

## VICE-CORREGEDOR REGIONAL

Desembargador Manuel Soares Ferreira Carradita

## COORDENAÇÃO

Vlademir Nei Suato  
Secretário da Corregedoria Regional

## JORNALISTA RESPONSÁVEL

José Francisco Turco - MTb/SP 21.571

## EDIÇÃO E REDAÇÃO

Fábio Turco Merlim  
Leandro Vinícius Miranda Cauneto

## FOTOGRAFIA

Arquivo TRT15

## PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Turco Merlim

Contato: [corregedoria@trt15.jus.br](mailto:corregedoria@trt15.jus.br)



## EFETIVIDADE

## Novos convênios de pesquisa serão reunidos em cartilha instrutiva

Desde meados de 2014, a Corregedoria passou a administrar os convênios de pesquisa utilizados na 15ª Região e a despende esforços na identificação e pactuação de novos convênios voltados à localização de bens e pessoas. O objetivo é municiar Oficiais de Justiça e demais servidores atuantes na fase de execução com ferramentas eletrônicas, fornecidas por órgãos públicos, associações e empresas, que facilitem a identificação de informações contundentes para uma conclusão satisfatória da lide, representada pelo recebimento, por parte do reclamante, dos valores devidos.

O desenvolvimento dessa iniciativa se deveu, em um primeiro momento, ao compromisso assumido pela Corregedoria, em seu planejamento estratégico, de não apenas fiscalizar, mas também orientar os processos de trabalho: dois vieses complementares na construção da qualidade, efetividade e celeridade da prestação jurisdicional. No plano para o período de 2013 a 2016, um dos focos desse compromisso incide sobre a utilização dos convênios – sobretudo, mas não apenas, por parte dos Oficiais de Justiça.

Mas foi com a implantação do Núcleo de Pesquisa Patrimonial (NPP), vinculado à Corregedoria, que a ação tomou forma e foi de fato colocada em prática, uma vez que o

Provimento GP-CR Nº 01/2014, que criou o Núcleo, em seu Art. 4º, incisos III e VI, lhe atribuiu a competência para “propor convênios e parcerias entre instituições públicas, como fonte de informação de dados cadastrais ou cooperação técnica, que facilitem e auxiliem a execução, além daqueles já firmados por órgãos judiciais superiores”, assim como “elaborar estudos sobre técnicas de pesquisa, investigação e avaliação de dados, bem como sobre mecanismos e procedimentos de prevenção, obstrução, detecção e de neutralização de fraudes à execução”.

A partir daí, com vistas a imprimir efetividade à fase de execução por meio da instrumentalização das unidades de primeira instância, a Corregedoria passou a contatar outros Tribunais, trabalhistas ou não, para levantamento das ferramentas disponíveis. Também o estabelecimento de um canal de comunicação com Oficiais de Justiça da 15ª Região foi de suma importância na obtenção de informações preciosas para a elaboração de um roteiro de pesquisa patrimonial básica, o que resultou na confecção de uma cartilha instrutiva destinada a oferecer instruções detalhadas sobre acesso e utilização das ferramentas eletrônicas de pesquisa.

Os convênios administrados pela Corregedoria e abordados na cartilha possuem ►



finalidades e especificidades diversas, permitindo expandir a abrangência das pesquisas e minimizar as possibilidades de evasão que restam aos devedores trabalhistas.

No âmbito da pesquisa e bloqueio de bens móveis, foram firmados convênios com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Capitania dos Portos de São Paulo, Sistema Eletrônico de Gestão de Propriedade Industrial – e-INPI – e Restrições Judiciais sobre Veículos Automotores – RENAJUD.

Para localizar bens imóveis, as ferramentas são fornecidas pela Associação dos Registradores Imobiliá-

rios de São Paulo – ARISP, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – e Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB.

O maior volume de convênios está relacionado à localização de pessoas físicas e jurídicas, assim como à pesquisa de seus registros públicos, objetivando obter dados para subsidiar outras pesquisas. As ferramentas mapeadas incluem o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED/MTE, Cadastro Nacional de Empresas – CNE, Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS,

Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, Conectividade Social ICP-Brasil, INFOJUD (Receita Federal), INFOSEG (Secretaria Nacional de Segurança Pública), Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, Sistema de Benefícios ao Cidadão – SIBEC, Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, Sistema de Informações Eleitorais – SIEL, Secretaria de Segurança Pública de São Paulo – SSP/SP, Vivo Operadora de Telefonia Móvel, Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC – e Sistema de Investigação Fiscal – SIFISCO.

A cartilha será constantemente atualizada para inclusão de novos convênios e ferramentas de pesquisa, assim como para possíveis aprimoramentos das informações já existentes. O material será em breve disponibilizado via Extranet. 

## ANÁLISE DE PROCESSOS

# Mapeamento Global de Desempenho está em constante aprimoramento

Desde sua implementação, o sistema Mapeamento Global de Desempenho – MGD, desenvolvido pela Corregedoria, possui como parte integrante de sua proposta o constante aprimoramento, com fulcro no diálogo como metodologia. Assim sendo, as sugestões apresentadas pelos magistrados nos encontros com o Corregedor Regional nas sedes das circunscrições de Campinas e Bauru serviram de base para a elaboração de importantes modificações a serem aplicadas ao sistema por meio da Portaria CR Nº 06/2015, que altera a Portaria CR Nº 17/2014, que instituiu o MGD.

O objetivo do constante aprimoramento é refinar o grau de precisão da ferramenta, assim como possibilitar uma leitura de cenários mais dinâmica, cada vez mais próxima da realidade percebida por magistrados, servidores e jurisdicionados. Para a realização de tais misteres, foi dada autorização pelo Órgão Especial deste TRT, que aprovou a continuidade do desenvolvimento do sistema e ações relacionadas.

**O agrupamento de unidades** – a partir das novas alterações, os grupos de movimentação processual formados por menos de 4 (quatro) unidades não terão aferidos os índices geral e de produtividade. Esta providência visa acabar com a distorção gerada pelas va-

riáveis comparáveis quando haviam pouquíssimas unidades para comparação. Os índices gerais e de produtividade, que são compostos também pelo módulo das variáveis comparáveis, foram, portanto, suprimidos para tais grupos.

**As variáveis comparáveis** – o módulo que determina os índices individuais de cada unidade em relação à distância do pior resultado do grupo, agora passa a incluir entre suas variáveis o saldo de processos pendentes de solução. Este índice é dado pela soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. O objetivo aqui é levar em consideração também a carga de trabalho do magistrado.

**A força de trabalho** – uma reclamação antiga dos gestores das unidades é em relação aos pesos atribuídos aos servidores da secretaria no cálculo do índice que mede a mão de obra disponível. Se o índice de força de trabalho possui a função de estabelecer uma escala de proporção no âmbito da produtividade aferida, o que fazer para cotejar de forma justa duas unidades com a mesma composição em seu quadro funcional, mas com taxas diferentes de rotatividade de funcionários? A solução encontrada foi escalonar o peso atri- ►



| Grupos (Processos) | Unidades | Variáveis Absolutas              |                              |                                            |                                                    |                                   | Variáveis Comparáveis |                                                             |                      |        |                               | Índice de Produtividade | Força de Trabalho em relação ao Ideal | Índice Geral |
|--------------------|----------|----------------------------------|------------------------------|--------------------------------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------|----------------------|--------|-------------------------------|-------------------------|---------------------------------------|--------------|
|                    |          | Congestionamento no conhecimento | Congestionamento na execução | Congestionamento de incidentes processuais | Congestionamento de admissibilidade de RO, RA e AP | Congestionamento de remessa de AI | Vazão processual      | Média de tempo em dias do ajuizamento até o arquivamento do | Pendentes de Solução | Acervo | Balanco de cartas precatórias |                         |                                       |              |
| De 751 a 1000      | 1)       | 0,53                             | 0,36                         | 0,42                                       | 0,11                                               | 1,00                              | 0,39                  | 1,00                                                        | 0,38                 | 0,92   | 0,31                          | 0,51                    | 81 %                                  | 0,41         |
|                    | 2)       | 0,31                             | 0,61                         | 0,24                                       | 0,15                                               | 0,41                              | 0,79                  | 0,39                                                        | 0,17                 | 0,36   | 0,29                          | 0,44                    | 96 %                                  | 0,42         |
|                    | 3)       | 0,36                             | 0,29                         | 0,16                                       | 0,05                                               | 0,50                              | 0,51                  | 0,70                                                        | 0,43                 | 0,73   | 1,00                          | 0,46                    | 94 %                                  | 0,43         |
|                    | 4)       | 0,40                             | 0,59                         | 0,48                                       | 0,10                                               | 0,54                              | 0,81                  | 0,36                                                        | 0,38                 | 0,47   | 0,45                          | 0,51                    | 87 %                                  | 0,44         |
|                    | 5)       | 0,26                             | 0,38                         | 0,47                                       | 0,00                                               | 0,00                              | 0,55                  | 0,81                                                        | 0,43                 | 0,63   | 0,53                          | 0,47                    | 96 %                                  | 0,45         |
|                    | 6)       | 0,40                             | 0,59                         | 0,47                                       | 0,15                                               | 0,00                              | 0,84                  | 0,34                                                        | 0,60                 | 0,48   | 0,17                          | 0,53                    | 89 %                                  | 0,47         |
|                    | 7)       | 0,47                             | 0,61                         | 0,23                                       | 0,00                                               | 1,00                              | 1,00                  | 0,23                                                        | 0,50                 | 0,35   | 0,39                          | 0,53                    | 93 %                                  | 0,49         |
|                    | 8)       | 0,52                             | 0,74                         | 0,51                                       | 0,20                                               | 0,36                              | 0,73                  | 0,52                                                        | 0,49                 | 1,00   | 0,00                          | 0,62                    | 94 %                                  | 0,58         |
|                    | 9)       | 0,66                             | 0,68                         | 0,45                                       | 0,13                                               | 0,60                              | 0,98                  | 0,66                                                        | 1,00                 | 0,88   | 0,38                          | 0,76                    | 80 %                                  | 0,61         |

### Relatório do MGD com as novas variáveis.

buído aos servidores, de modo que àqueles recém-empossados, os pesos serão proporcionais ao tempo de exercício no Tribunal, tendo início com 40% (quarenta por cento) e atingindo, ao final de 6 (seis) meses, o peso total, com incremento mensal de 10% (dez por cento).

**O cálculo da produtividade** — para se chegar à apuração do índice de produtividade, é utilizada a média ponderada das variáveis comparáveis e das absolutas em cada agrupamento de unidades. Assim, de modo a direcionar a atenção dos gestores diretos e indiretos para a carga de trabalho dos magistrados, foi atribuído o peso 2 (dois) ao saldo de processos pendentes de solução, passando esta variável a

representar o segundo maior foco do MGD. Ao congestionamento da fase do conhecimento, que antes possuía grande peso, foi atribuído o peso 0,5 (cinco décimos). O fundamento da alteração está no entendimento de que a atividade do magistrado é o maior determinante, na maioria dos casos, do desenvolvimento aferido para a fase do conhecimento.

**As ações resultantes** — por derradeiro, não é mais necessário à unidade figurar na faixa vermelha durante três aferições seguidas ou intercaladas para que se iniciem os chamados procedimentos comuns. O critério para início das ações passou a ser figurar a unidade entre aquelas com maior distanciamento do índice médio nas

últimas aferições, independentemente da faixa na qual se encontre. Ainda, com a remoção do parágrafo único do Art. 14 da Portaria, não é mais possível dispensar tais ações na hipótese de a unidade figurar na faixa vermelha em função exclusiva do elevado índice da força de trabalho. Essas alterações permitem à Corregedoria atuar em um maior número de casos, oferecendo aos gestores locais a segurança de que o investimento institucional não cessará simplesmente por “saírem do vermelho”.

Maiores informações sobre o MGD podem ser obtidas por meio de consulta à Portaria CR N° 17/2014, disponível no portal do Tribunal, dentro do menu *TRT15 > Corregedoria*. ♦



## TECNOLOGIA

## Procedimento de remoção de titulares de Vara do Trabalho foi automatizado

Fruto de uma solicitação da Corregedoria Regional direcionada à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, o Sistema Automatizado de Remoção de Titular de Vara do Trabalho, desenvolvido com a colaboração da Presidência e da Assessoria de Apoio aos Magistrados, tem o objetivo de racionalizar e agilizar o procedimento de remoção dos magistrados. Paralelamente ao desenvolvimento do sistema, as mudanças nas regras e nos procedimentos de remoção foram consolidadas pela edição do Ato Regulamentar GP-VPA-CR

01/2014, disponibilizado no Caderno Administrativo do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), do TRT da 15ª Região, em 30 de maio de 2014, e também no portal do Tribunal.

O sistema, inspirado no projeto desenvolvido no Tribunal Regional do Traba-

lho da 3ª Região e apresentado em uma das reuniões do COLEPRECOR, oferece as primeiras vagas existentes (originárias) e, sequencial e sucessivamente, as vagas que delas decorrerem pelas remoções iniciais, sem novo prazo de inscrição, até que restem, ao final, apenas unidades trabalhistas sem interessados, que, então, serão direcionadas ao concurso de promoção para juízes do trabalho substitutos, em outro processo. Isso somente foi possível com a criação do cadastro de preferências, ambiente no qual os magistrados cadastram, antecipadamente, todas as Varas Trabalhistas em que têm interesse. Dessa forma, no novo sistema automatizado, os juízes titulares de Vara do Trabalho interessados no processo de remoção poderão, também, num mesmo edital de concurso, concorrer a mais de uma opção de vaga.

O critério de oferta e preenchimento das vagas continuará a ser, exclusivamente, o de antiguidade. Contudo, os juízes interessados podem enumerar as suas preferências na ordem de prioridade que desejarem. Durante o período de apuração, o sistema processa e filtra esses dados, oferecendo, ao inscrito no certame, a melhor opção de vaga, em conformidade com as prioridades apontadas nas preferências.

O primeiro edital para remoção de Titular de Vara do Trabalho, que contou com 11 vagas originárias, removeu 25 Magistrados em um período de 30 dias. O mesmo tempo foi suficiente para remover 12 Juízes Titulares em decorrência da vacância ocorrida na Vara do Trabalho de Indaiatuba. ♦

## ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

# Está concluído o planejamento estratégico da Corregedoria para 2015

“O planejamento não diz respeito às decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes”, dizia Peter Drucker, considerado o pai da administração moderna. No sentido delineado pelo consultor e professor austríaco, é necessário planejar-se para agir em coerência com aquilo que se pretende obter com a ação.

Com o intento de zelar pela construção de uma Justiça do Trabalho célere e efetiva para o jurisdicionado e proteger a qualidade de vida de seus membros e colaboradores, a Corregedoria Regional elabora anualmente seu plano estratégico, definindo sua missão, visão, objetivos e ações. Esses aspectos da estratégia constituem, em conjunto, a ponte entre o ponto de partida e onde se quer chegar.

Assim, em observância ao Regimento Interno deste Tribunal Regional do Trabalho, as metas do planejamento estratégico da Corregedoria para 2015 foram aprovadas pelo Órgão Especial na sessão administrativa de 19 de março, referendando a perspectiva incutida às ações continuadas ou iniciadas no ano vigente.

A Corregedoria mantém-se no intento de ser considerada uma fonte acessível e segura de referência procedimental no âmbito deste Regional, apresentando respostas temporais, consistentes e confiáveis ao público da 15ª Região, tendo como missão fiscalizar e orientar os procedimentos nas unidades de 1ª instância, para assegurar a qualidade e a efetividade da prestação jurisdicional. ►



Para isso, dando continuidade ao desenvolvimento de seu planejamento estratégico, o principal foco da Corregedoria em 2015 será o alinhamento de procedimentos, tendo como principais frentes de atuação a uniformização da gestão do processo judicial no PJe, assim como a padronização dos processos de trabalho relativos às atividades dos Oficiais de Justiça.

Nesse sentido, a Escola Judicial iniciou, no começo de abril, o treinamento de servidores de diversas unidades nas melhores técnicas de PJe, os quais passarão a atuar como multiplicadores em toda a 15ª Região. Tendo isso em vista, a Corregedoria atualizará a normatização atinente à matéria. As novas diretrizes alicerçadas no treinamento e na normatização servirão, ainda, para fundamentar as ações durante as Correções Ordinárias, inclusive no que se refere à atividade correcional realizada no PJe e à distância. Como se depreende, a estratégia de alinhamento se baseia no trinômio orientar, normatizar e fiscalizar, se constituindo, repita-se, em um grande foco

da Corregedoria para 2015.

Dando sequência às medidas implementadas com vistas à uniformização dos procedimentos executórios afetos à atividade dos Oficiais de Justiça, a Recomendação GP-CR Nº 05/2014 – que padroniza o fluxo de processos de trabalho dos Oficiais de Justiça na execução – será aprimorada e transformada em norma, para cumprimento obrigatório. Esta medida, aliada à realização de novas oficinas voltadas a Oficiais e Diretores de Secretaria, permitirá imprimir maior efetividade à divulgação das melhores práticas de pesquisa patrimonial básica, acarretando reflexos bastante sensíveis para o jurisdicionado. A partir dos resultados obtidos com os procedimentos uniformizados dos Oficiais de Justiça, será possível descobrir quais são os maiores vedores, o que servirá de base para orientação dos trabalhos dos Núcleos Regionais de Gestão de Processos e de Execução na pesquisa dessas grandes executadas.

Em 2015, a Corregedoria trabalhará na estruturação de todos os Núcleos Regionais, vinculados ao Núcleo

de Pesquisa Patrimonial (NPP), que é coordenado pela Corregedoria. A importância desta ação é, mais uma vez, o alinhamento, de modo a promover a efetividade na execução por meio da otimização das pesquisas. Para intensificar a pesquisa patrimonial em todos os níveis dessa escala, a Corregedoria promoverá o treinamento de magistrados titulares de Vara e Núcleos Regionais para utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – SIMBA, cujos critérios para sua operacionalização foram regulamentados pelo Provimento GP-CR Nº 06/2014.

Outra importante estrutura criada em 2014 e vinculada aos Núcleos Regionais é a Seção de Hastas Públicas (SHP), que trouxe importantes mudanças na forma como se realizam as vendas judiciais. O credenciamento de leiloeiros, que se candidatam para atuar em cada circunscrição na respectiva SHP, agora é realizado pela Corregedoria. Dentro deste viés de atuação, são objetivos estratégicos a realização das hastas públicas unificadas regularmente, de modo a dar con-



## MAPA ESTRATÉGICO DA CORREGEDORIA REGIONAL TRT 15ª REGIÃO

T  
R  
I  
B  
U  
N  
A  
L

### Missão:

Fiscalizar e orientar os procedimentos de trabalho, nas unidades de 1ª Instância, para assegurar a qualidade dos serviços prestados

### Visão de Futuro:

Ser considerada, até 2016, uma fonte acessível e segura de referência procedimental no âmbito da 15ª Região

### Valores:

- Urbanidade
- Qualidade de vida
- Ética
- Dignidade
- Legalidade
- Lisura
- Qualidade dos serviços
- Envolvimento das pessoas

P  
R  
O  
C  
E  
S  
S  
O  
S  
  
I  
N  
T  
E  
R  
N  
O  
S

### EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Participar das ações de implementação e da gestão de processos do PJe

Incentivar o intercâmbio de boas práticas entre as unidades da 1ª Instância

Coordenar as atividades do Serviço de apoio temporário

### ATUAÇÃO

Melhorar a comunicação interna e externa

Consolidar as informações das unidades de 1ª Instância

### EFETIVIDADE

Identificar as unidades de maior congestionamento

Acompanhar a implementação dos planos de ação nas unidades de maior congestionamento

Acompanhar a produtividade dos magistrados

Fomentar a utilização célere das ferramentas eletrônicas pelos oficiais de justiça

R  
E  
C  
U  
R  
S  
O  
S

### GESTÃO DE PESSOAS

Criar a estrutura mínima de recursos humanos

Capacitar servidores nas áreas técnicas e comportamentais

Mapa estratégico da Corregedoria elaborado para o quadriênio 2013-2016.

ta da demanda disponível, assim como continuar o credenciamento de leiloeiros. Com o intuito de dar efetividade às vendas judiciais, de modo a garantir as execuções, serão empreendidos esforços para a divulgação das hastas, inclusive da modalidade eletrônica.

Reafirmando o intuito

de uma gestão com fulcro no diálogo, a Corregedoria realizará reuniões com todos os Juízes titulares da 15ª Região, que serão convidados a compor um encontro com o Corregedor e os Juízes Auxiliares da Corregedoria em cada circunscrição. O objetivo das reuniões é apresentar o trabalho da Corregedoria e escla-

recer dúvidas sobre o MGD – um dos principais projetos desenvolvidos pelo órgão, além de outros temas relevantes para a atuação correicional.

Além do disposto, alguns direcionamentos específicos foram delineados para as principais frentes de atuação da Corregedoria:

- Realização da Mostra Anual de Boas Práticas com foco na uniformização dos procedimentos no PJe;
- Criação de um índice, dentro do MGD, que possa identificar processos pendentes de solução e outro índice para considerar, no cálculo geral, a força de trabalho dos Magistrados que atuarem em cada unidade em determinado período;
- Aprimoramento do apoio a distância (e-Apoio), para que este se torne uma rotina na primeira instância, de modo a incorporar, à cultura organizacional da 15ª Região, o hábito da colaboração entre as unidades, em prol da celeridade e efetividade na prestação jurisdicional;
- Coordenação do desenvolvimento de um sistema informatizado que facilite o recebimento e a análise dos e-Doc's na primeira instância;
- Coordenação da realização de pelo menos dois encontros com os novos Diretores de Secretaria de Vara do Trabalho, a fim de integrá-los aos setores estratégicos do Tribunal, sendo que o primeiro se realizou de 9 a 13 de março, com fulcro na promoção da profissionalização da Administração Pública;
- Assessoramento, com o apoio da Equipe Multidisciplinar, das unidades de primeira instância que sejam identificadas, pelo MGD, como de alta criticidade, conforme previsto na Portaria CR Nº 17/2014;
- Constituindo-se como atividade precípua da Corregedoria, realizar-se-ão as correições ordinárias em todas as unidades sob jurisdição deste Egrégio Tribunal, no período de fevereiro a novembro de 2015.

Por fim, destaca-se o fio condutor da estratégia desenhada para 2015, qual seja, a uniformização de procedimentos, sobretudo, mas não apenas, dos Ofícios de Justiça e do processo eletrônico. Somente por meio da uniformização é possível aos órgãos diretivos deste Tribunal gerenciar com efetividade todas as 153 unidades sob sua jurisdição, uma vez que as diretrizes institucionais se realizam quando todos caminham na mesma direção, perseguindo o melhor caminho.



Foge do escopo deste texto abordar todas as ações desenvolvidas pela Corregedoria em 2014, as quais, em alguns casos, se iniciaram em anos anteriores. No entanto, cabe ressaltar o teor do planejamento estratégico, no qual consignou-se o compromisso de continuidade das ações estabelecidas anteriormente, com vistas a aprimorá-las e adequá-las à evolução dos cenários aos quais estas se destinam.

No cumprimento de sua função de publicizar e dar transparência às atividades da Corregedoria, as próximas edições desta revista desenvolverão em outras reportagens os tópicos aqui abordados, conforme as ações correspondentes forem concretizadas. ◆

## ALINHAMENTO

## Diretores de Secretaria recém-empossados participam de semana de reuniões

Ao longo da semana de 9 a 13 de março, a Corregedoria Regional patrocinou e coordenou a realização de uma reunião de trabalho entre os Diretores de Secretaria recém-empossados e as áreas do Tribunal consideradas estratégicas para a direção das unidades de primeira instância. O encontro, realizado no auditório da Escola Judicial, veio suprir a necessidade de integração dos novos gestores

com a estrutura orgânica da instituição, de modo a promover o alinhamento institucional, viés buscado pela Corregedoria em consonância com diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Para tanto, o programa da semana de reunião contemplou apresentações de iniciativa de cada setor participante, assim como momentos dialógicos,



Momento de abertura da Reunião de Trabalho, quando o Corregedor Regional da 15ª Região, Exmo. Sr. Desembargador Gerson Lacerda Pistori, falou aos presentes. ►





Se, em uma Vara, o Juiz é o maestro, o Diretor é o primeiro violino.

– Des. Gerson Lacerda Pistori

quando os diretores tiraram suas dúvidas e fizeram sugestões de acordo com suas percepções do conteúdo exposto. Como legado do encontro, foi elaborada e disponibilizada, por meio da Extranet, uma cartilha voltada aos no-

vos gestores, com informações úteis para futura consulta.

No começo da tarde da segunda-feira, dia 9, o Corregedor Regional da 15ª Região, Exmo. Sr. Desembargador Gerson Lacerda Pistori,

deu início aos trabalhos da semana, quando trouxe à tona um panorama histórico da evolução do pensamento humano e sua relação com as formas de transmissão e registro do conhecimento. Após concluir seu raciocínio, esclarecendo o impacto do sistema de computação na “cabeça lógica racional” e, consequentemente, no sistema jurídico, o Desembargador Pistori fez uma reflexão, em tom poético, sobre o papel do gestor na unidade de primeira instância. “Se, em uma Vara, o Juiz é o maestro, o Diretor é o primeiro violino”, asseverou o Corre-



A Juíza Auxiliar da Corregedoria, Exma. Sra. Maria da Graça Bonança Barbosa, recebe os Diretores de Secretaria após a fala do Corregedor Regional.

gedor, comparando a função basilar exercida pelo Diretor de Secretaria com aquela exercida pelo primeiro violino, que aciona os demais instrumentos de uma orquestra e dá o tom de afinação que harmonizará todos os sons.

Na sequência, assumiu a palavra a Juíza Auxiliar da Corregedoria, Exma. Sra. Maria da Graça Bonança Barbosa, que expressou sua alegria pela presença dos Diretores de Secretaria para os trabalhos da semana. Prosseguiu falando da importância do Diretor para o Juiz, reforçando as mudanças ocorridas no papel de gestor, que não é mais aquele que “despacha bem”, mas sim aquele que deve gerir a unidade, verbo utilizado pela Juíza no sentido de “administrar com qualidade, muitas vezes sem ter todos os elementos necessários, obtendo um bom resultado”, esclareceu. Dentre os elementos necessários para a superação dos desafios da gestão, a Juíza Maria da Graça elencou os principais, mais presentes do que nunca. São eles a administração do tempo; tornar-se o elo entre o Juiz e a comunidade; e tornar-se o elo com a instituição. “Me parece que nessa sociedade multifacetada do século XXI, não vamos conseguir muita coisa se não agirmos em colaboração: em colaboração com os colegas, em colaboração com a instituição, em colaboração com a comunidade”, refletiu, concluindo que “quando agimos dessa maneira, os nossos resultados são muito melhores”.

O primeiro tema a ser abordado na semana, “Aspectos gerais da função de Diretor de Secretaria”, teve início logo em seguida, sendo conduzido pelo Secretário da Corregedoria, Vlademir Nei Suato, que agradeceu

a presença de todos, reconhecendo e valorizando a humildade daqueles diretores que, mesmo mais experientes, compareceram em virtude de terem assumido a direção de uma nova unidade. Vlademir seguiu esclarecendo a natureza do encontro que ora se iniciava: “Isso não é um curso, não é capacitação, vocês não vão ganhar horas de treinamento, não tem nada disso. Aqui é um bate-papo entre diretores, Corregedoria e a instituição”. Ato contínuo, a abordagem do tema proposto partiu de uma premissa básica: “o diretor faz parte da administração do tribunal”, conforme enfatizou o Secretário. Antes da adução dos principais pontos afetos à função de gestor de Vara, mostrou-se imprescindível o esclarecimento acerca da importância do alinhamento entre primeira instância, instituição e demais instâncias do Poder Judiciário, compromisso já incorporado pela Corregedoria Regional da 15ª Região, em cumprimento aos objetivos expressos nos planejamentos estratégicos do CNJ – Res. 70/2009, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) – Res. Administrativa 1373/2009, deste Tribunal Regional do Trabalho e desta Corregedoria.

Na segunda parte da tarde, após o *coffee break*, houve a participação da Assessoria de Gestão Estratégica, por meio de sua Assessora, Aurete Nicolodi Zurdo, que abordou os temas “desdobramento da estratégia” e “ferramentas de qualidade”, com vistas a municiar os gestores com os principais conceitos e técnicas de planejamento, de acordo com diretrizes do CNJ.

Como última atividade do dia, a Secretaria da Administração, na figura de sua Secretária, Adriana Martorano Amaral Cor-

chetti, apresentou os principais procedimentos de grande utilidade e ocorrência no dia a dia dos gestores, dentre os quais aqueles relacionados ao “suprimento de fundo – uso do cartão corporativo”, “processos de aquisição”, “gestão e fiscalização de contratos”, “certificação das despesas com prestação de serviços públicos”, “locações” e “doação de imóveis”.

Enquanto o primeiro dia da reunião realizou-se das 13 às 18 horas, a terça-feira subsequente iniciou-se pela manhã, às 10 horas, com nova participação da Corregedoria, desta vez abordando os “novos procedimentos na fase executória”. O Secretário da Corregedoria começou sua fala reafirmando a necessidade de alinhamento e uniformização dos procedimentos de trabalho, também em relação à fase de execução. Na sequência, aduziu as principais normas e ações implementadas pela Corregedoria com vistas a imprimir efetividade a esta fase, que constitui o limiar entre a realização ou não da Justiça de fato. Dentro do mesmo tema, a servidora Rayana Vidal Rosa da Silva, do Núcleo



### **Apresentação da Corregedoria sobre o PJe e Jursicalc.**

de Pesquisa Patrimonial (NPP), coordenado pela Corregedoria, explicou o funcionamento do Sistema Eletrônico de Execuções, utilizado nas Hastas Públicas.

Após o intervalo para almoço, a Assessoria de Precatórios, representada por sua Assessora, Claudete Luiz Hinz, trouxe para o encontro as informações centrais acerca de sua área de atuação, sobretudo no que tange às regras constantes no

art. 100 da Constituição Federal, após alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

O tema seguinte foi apresentado pela Assessora da Escola Judicial, Lara de Paula Jorge, que tratou do itinerário formativo, no qual se baseiam as atividades de formação em conhecimentos jurídicos e práticas processuais, para magistrados e servidores.

Já na segunda metade ►



daquela tarde, o servidor Edson Lacir Donadon, Coordenador do Núcleo de Apoio do PJe-JT, versou sobre tópicos importantes atinentes ao processo eletrônico, estabelecendo como foco a “autuação das procuradorias” e “remessa de processos em grau de recurso”.

Para encerrar as atividades do dia, o servidor Eduardo Sodré Junior, da Seção de Primeira Instância da Corregedoria, e o Diretor de Secretaria da 11ª Vara do Trabalho de Campinas, Gilberto Zen, abordaram as melhores práticas recomendadas pela Corregedoria no âmbito do PJe e Juriscalc, reforçando a obrigatoriedade de utilização deste último sistema na realização dos cálculos afetos à liquidação das sentenças nos processos.

Na quarta-feira, as atividades se iniciaram com a participação da Secretaria de Gestão de Pessoas, quando seu Secretário, Gustavo Fachim, abordou a estrutura organizacional da Secretaria e os macroprocessos envolvidos nas políticas institucionais do Tribunal para a área de Gestão de Pessoas. Novamente, se apegou a necessidade de alinhamento da primeira instância com as diretrizes da instituição, as quais refletem diretamente as diretrizes nacionais. O Secretário passou a palavra, então, para a Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas, Izabel Cristina Braga Arroyo, que demonstrou como aqueles macroprocessos e políticas se aplicavam no dia a dia das Varas. Além das melhores práticas concernentes a trivialidades, como uso de celular durante o trabalho, escala de férias e ausências dos funcionários para consumo de cigarros, outros temas tratados foram “a implantação do 'Gestão por Competência'”, “a avaliação de desempenho e seus desdobra-

mentos”, “comunicação interpessoal: a importância do *feedback*” e “o gestor local de pessoas”.

No começo da tarde, o Coronel Carlos de Carvalho Junior, Assessor de Segurança e Transporte do Tribunal, apresentou tópicos importantes para um regular e seguro desenvolvimento das atividades nas Secretarias das Varas, dentre os quais: “prevenção contra incêndio”, “gestão dos vigilantes”, “alarmes” e “dicas de segurança”.

Antes do *coffee break*, a servidora Vera Lúcia Martinez Alba Gonçalves, da Seção de Primeira Instância da Corregedoria, mostrou aos diretores um pouco da Cartilha de Convênios de Pesquisa, que contém informações e instruções sobre o acesso e a utilização das ferramentas eletrônicas administradas pela Corregedoria, tema abordado em outra matéria desta edição da revista.

Ao encerrar-se a pausa para o café, o Ouvidor da 15ª Região, Exmo. Sr. Desembargador José Otávio de Souza Ferreira, e a Vice-Ouvidora, Exma. Sra. Desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, se apresentaram aos Diretores e versaram sobre a nova configuração da Ouvidoria, que, devido a alteração no Regimento Interno do Tribunal, se tornou órgão autônomo, não mais vinculado à Corregedoria. Para aduzir alguns dos aspectos técnicos envolvidos, foi chamado a falar o Assistente-Chefe da Seção da Ouvidoria, Alan Rogério Oliveira Simões de Melo.

A última participação do dia foi a da Secretaria Judiciária, momento em que sua Secretária, Regina Célia Ramires Chiminazzo, discorreu acerca dos principais conceitos de gestão documental e normas relacionadas. ►



O Coordenador de Apoio ao Vice-Corregedor esclareceu dúvidas sobre o e-Gestão durante o *coffe break*.

Ao final da semana, na quinta-feira, a parte da manhã ficou por conta da Secretaria de Saúde, quando sua Secretária, Dra. Heloísa Helena Mazon Zakia, falou brevemente aos convidados, sendo seguida pelo servidor Gilberto Antônio Semensato, da Área de Assistência Social, pelo servidor Fauzi El Kadri Filho, da Área de Fisioterapia, e pela Assistente-Chefe da Seção de Apoio Administrativo de Saúde, Rosemary Rodrigues Miguel. Os temas abordados foram “Qualidade de Vida no Trabalho

(QVT)”, “ergonomia” e “aspectos administrativos da Secretaria de Saúde”.

No retorno do intervalo para almoço, a Coordenadoria de Estatística e Pesquisa, representada por seu Coordenador, Antônio Carlos Betanho, e pela Assistente-Chefe da Seção Técnica de Estatística e Pesquisa, Vânia Maria de Figueiredo Barbosa, abordou temas relacionados à correta e eficaz utilização do e-Gestão, o que é de suma importância para o planejamento do Poder Judiciário como um todo, do CNJ às

Varas Trabalhistas da 15ª Região, dada a integração nacional do sistema. Figuraram entre os principais tópicos, a campanha do TST, “Lance Certo”, que visa conscientizar magistrados e servidores da necessidade do correto lançamento e saneamento dos dados, bem como os dados estatísticos das Varas do Trabalho, Juízes e Semanas de Conciliação, manejo e extração de relatórios do sistema e-Gestão, além de manuais de orientação, roteiros e tutoriais disponíveis.

Como última atividade da quinta-feira, o Coordenador de Apoio ao Vice-Corregedor, Norton Luiz Bechtluft, versou sobre aspectos técnicos da utilização do e-Gestão, com foco no saneamento de dados do SAP1G, oferecendo os meios para os diretores presentes colaborarem com a consistência dos dados, algo fundamental para o planejamento nacional da Justiça, como esclarecido no momento anterior pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa. Precedendo a fala sobre o SAP1G, a Assistente-Chefe da Seção de Acompanhamento de Magistrados, Juliete Pereira Fumagali, es- ►

clareceu um importante aspecto da consistência dos dados do e-Gestão, especialmente em relação ao movimento 51, uma vez que essas informações são utilizadas para análise do cumprimento ou não dos critérios para vitaliciamento de magistrados.

Na sexta-feira, a reunião de trabalho ocorreu apenas na parte da manhã, quando o Secretário da Corregedoria palestrou sobre o Mapeamento Global de Desempenho (MGD) e seus mais recentes melhoramentos. No momento seguinte, abriu espaço para esclarecimento de dúvidas e manifestações acerca da relação do gestor com a ferramenta. Já em tom de encerramento, os servidores da Corregedoria foram chamados a subir no tablado do auditório para serem apresentados aos convidados, oportunidade em que o Secretário esclareceu o papel de cada seção que integra o órgão correicional, assim como os res-

ponsáveis pelas respectivas atividades.

Para concluir o encontro, o Desembargador Pistori ofereceu uma visão histórica da formação do pensamento aristotélico tomista português que permeia a cultura jurídica brasileira, posteriormente influenciada pela ditadura militar. “Não estou aqui para punir. A Corregedoria não é aquela que pune, mas sim que orienta. A Corregedoria se tornou um órgão consultivo”, esclareceu o Corregedor Regional, reafirmando o compromisso de sustentar o diálogo como princípio de sua gestão, relegando o fantasma da ditadura. Em um gesto de respeito, Dr. Gerson conclamou os servidores da Corregedoria a aplaudirem os Diretores de Secretaria presentes, se encerrando, dessa forma a semana profícua de alinhamento com a primeira instância e desenvolvimento da consciência unitária de instituição. ♦



Antes do encerramento da semana de reuniões, a Corregedoria fez sua última participação, oportunidade em que o sistema Mapeamento Global de Desempenho foi apresentado.



## EXECUÇÃO

## Realizada primeira rodada de hastas públicas unificadas

Foi realizada, em 18 de março de 2015, a primeira Hasta Pública Unificada da circunscrição de Campinas, no Fórum Trabalhista desta cidade. A Hasta, apregoada pelo Leiloeiro Oficial José Valero Santos Jr., atraiu cerca de cem pessoas, entre licitantes, interessados e membros da imprensa.

Encontravam-se presentes a Dr<sup>a</sup>. Ana Claudia Torres Vianna, juíza responsável pela Seção de Hastas Públicas (SHP), também à frente do Núcleo de Gestão de Processos e Execuções e atual Diretora do Fórum Trabalhista de Campinas, bem como o Dr. Carlos Eduardo Oliveira Dias, juiz titular da 1<sup>a</sup> Vara de Campinas. Compareciam também ao local membros da assessoria jurídica do leiloeiro, os advogados Drs. Ricardo Domingues Pereira, André Bueno e Camila Tiemi Sanches.

Atualmente, na esfera do TRT15, cabe à Corregedoria Regional, por meio do Núcleo de Pesquisa Patrimonial (NPP), fazer a gestão das Hastas Públicas Unificadas. As hastas, agora unificadas por circunscrição, foram regulamentadas pelo Provimento GP-CR nº 03/2014, e têm por objetivo reduzir o índice de congestionamento da execução, conforme as metas 17 e 18 do Plano Estratégico do TRT15 para o quinquênio 2010-2014, além de uniformizar os procedimentos adotados pelas unidades trabalhistas para a realização de

leilões judiciais. Ficou também instituída a modalidade eletrônica de leilão judicial, com vistas a conferir eficiência e celeridade à solução dos processos em tramitação, bem como garantir mais amplo acesso e agilidade aos participantes.

### Estádio do Guarani

O grande destaque da Hasta Pública foi o leilão do Estádio Brinco de Ouro da Princesa, do Guarani Futebol Clube, sediado na cidade de Campinas. O Estádio, avaliado em 210 milhões de reais, atraiu grande atenção da imprensa, bem como três propostas de arrematação, que foram avaliadas pelo juízo competente em audiência ocorrida posteriormente, no dia 30 de março, às 13h30, no prédio do Fórum.

A empresa MMG Consultoria apresentou proposta inicial de mais de 57 milhões, com pagamento de 46 milhões à vista, enquanto a Lance Negócios Imobiliários estaria disposta a pagar 65 milhões, em 24 parcelas iguais mensais. Já o grupo composto pelas empresas de empreendimentos imobiliários Barbizan, Gold Business e Florenza ofereceu 75 milhões, em 120 parcelas iguais e sucessivas.

As propostas foram acolhidas pela Dra. ►



Hasta pública unificada realizada no Fórum Trabalhista de Campinas.

Ana Claudia, que marcou audiência com as partes envolvidas, incluindo a Prefeitura de Campinas, convocada para se pronunciar a respeito de alterações no zoneamento urbano, caso a proposta vencedora tenha por condição prévia dar nova destinação à área atualmente ocupada pelo estádio.

Em audiência, a empresa arrematante, Maxion Empreendimentos Imobiliários, ofereceu 105 milhões de reais, com parcela inicial de cerca de 35 milhões. A dívida do Guarani com a Justiça do Trabalho aproxima-se da

casa dos 100 milhões.

Enquanto isso, registrou-se também a ocorrência de lances sobre os demais bens levados à Hasta Pública — em sua maioria, imóveis, máquinas e veículos. Foram oferecidos lances tanto na modalidade presencial quanto na eletrônica, aumentando e dinamizando a disputa pelos bens. No total, as arrematações somam cerca de R\$ 1.270.500,00, destinados a garantir o saldo de dívidas trabalhistas e a eficácia do direito aos trabalhadores jurisdicionados.

### Sistema de Execuções

A participação da Corregedoria nas Hastas Públicas Unificadas destaca-se pela manutenção de sistema informatizado para a gestão das Hastas, previsto pelo Provimento GP-CR nº 03/2014 e ainda em fase de desenvolvimento e implementação. O *Sistema de Execução* é fruto do esforço conjunto da Secretaria da Corregedoria Regional, do Núcleo de Pesquisa Patrimonial e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações. Sua estrutura robusta permi-

te a gestão *online* dos bens penhorados e levados a leilão, o cadastramento dos devedores trabalhistas, o sorteio de leiloeiros, a gestão dos galpões para armazenamento de bens, entre outras funcionalidades ainda em desenvolvimento.

Para a realização da Hasta Pública nº 01/2015 de Campinas, o leiloeiro foi automaticamente sorteado, dentre aqueles previamente habilitados e credenciados pela Corregedoria Regional. A opção por sistema informatizado para realizar o sorteio, prevista no Provimento GP-CR nº 03/2014, visa garantir a lisura da escolha na designação do leiloeiro, assegurando a imparcialidade e a impessoalidade do ato público. O sorteio é feito por mecanismo de pontos, garantindo oportunidades iguais a todos os leiloeiros credenciados.

Com a realização bem-sucedida das primeiras Hastas Públicas, no novo modelo, o *Sistema de Execução* se consolida como ferramenta eletrônica à disposição da administração e das unidades do TRT15, concedendo celeridade e eficiência aos processos em fase de execução.

### **Demais circunscrições**

Também ocorreram, ao longo do mês de março, as primeiras Hastas Públicas Unificadas das circunscrições de São José do Rio Preto, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Bauru e Araçatuba. Realizadas pela primeira vez de acordo com as novas normas do TRT15, as Hastas Públicas Unificadas podem ser consideradas de exitoso sucesso, atingindo os objetivos propostos desde sua idealização.

Na hasta de Araçatuba, realizada em 25 de março pelo leiloeiro Antônio Carlos Seoa-nes e presidida pelo juiz dr. Antonio Carlos Cavalcante de Oliveira, foram levantados aproximadamente 320 mil reais. Em Ribeirão Preto, no dia 24 de março, a hasta apregoada pelo leiloeiro Gilson Keniti Inumaru, sob as vistas do juiz dr. Guilherme Alves dos Santos, arrecadou 103 mil reais em lances. Em São José dos Campos, quem apregoou a hasta foi o leiloeiro Maurício Gomes Leiteiro, sob a supervisão do juiz dr. Gothardo Rodrigues Backx van Buggenhout. Ocorrido no dia 20 de março, o leilão levantou pouco menos de 198 mil reais. Já em Bauru, a hasta foi realizada em 26 de março pelo leiloeiro José Vale-ro Santos Jr. e presidida pelo juiz dr. Diogo Guerra, com valores totais de arrematação de quase 3,598 milhões de reais. No total, incluindo a hasta de Campinas, as arrematações somaram exatos R\$ 5.488.682,00, destinados a saldar dívidas trabalhistas e previdenciárias, garantindo o encerramento de diversos processos.

Novas Hastas Públicas Unificadas já foram designadas para as circunscrições de Campinas e Araçatuba, para ocorrer em 16 e 23 de abril, ainda este ano. Já a segunda Hasta de Ribeirão Preto está agendada para 12 de maio. Com o sucesso das primeiras Hastas Unificadas, já se verifica uma rápida crescente adesão ao novo modelo, com um cadastramento cada vez mais volumoso de bens no *Sistema de Execução*. A expectativa é a de que ocorram, para atender a demanda, duas Hastas Públicas Unificadas por circunscrição, a cada mês. ◆



## DIÁLOGO

## Corregedoria apresenta sua proposta de trabalho a Juízes titulares

Na última sexta-feira do mês de janeiro, a Corregedoria Regional realizou reunião com os Juízes titulares da circunscrição de Campinas para apresentação dos planos e propostas de trabalho para o biênio 2014-2016. O encontro, organizado no Fórum Trabalhista de Campinas, se configurou como um momento dialógico, por contar com intensa participação dos magistrados convidados, que se manifestaram com perguntas e sugestões. Devido ao início do mandato do atual Corregedor Regional, Exmo. Sr. Desembargador Gerson Lacerda Pistori, a reunião foi considerada essencial para a boa receptividade das ações institucionais que serão desenvolvidas.

O evento teve início com a fala de abertura do Corregedor, que reafirmou o compromisso em aprimorar e avançar nos projetos e ações do mandato anterior, além de assumir o diálogo como principal viés de enfrentamento dos desafios colocados e que vierem a surgir. O Desembargador Pistori frisou também “a importância de se manter um bom relacionamento com o outro, sobretudo quando há um *gap* de gerações, desafio cada vez mais presente no Tribunal”.

Nesse sentido, a reunião foi realizada com os magistrados titulares pois o responsável pela unidade de primeira instância é o ti-

tular, que “possui a obrigação pedagógica de sinalizar para a existência da hierarquia, sempre atento ao relacionamento dentro de uma estrutura hierárquica”, conforme explicou o Desembargador. A imagem do Juiz titular como o primeiro Corregedor da Vara do Trabalho foi cunhada pelo Dr. Gerson para orientar os magistrados a não se enxergarem em uma posição antagônica à do órgão correicional, mas sim em posição de cooperação.

Em seguida, assumiu a fala o Ouvidor do Tribunal, o Exmo. Sr. Desembargador José Otávio de Souza Ferreira, que discorreu sobre o papel da Ouvidoria, narrando sua origem e relação com a lei federal de acesso à informação, que consolidou o direito à informação como uma prerrogativa do cidadão. O Desembargador Ouvidor também trouxe à tona dados do trabalho que vem sendo realizado, destacando o aumento da procura pela Ouvidoria. Desde 2006 o número de reclamações triplicou, sendo a maioria – em torno de 65% – a respeito de morosidade do processo e da prolação de sentença.

Após interação entre o Desembargador José Otávio e os magistrados presentes, que fizeram perguntas para obtenção de informações mais detalhadas ou esclarecimento de casos pontuais, o Presidente do TRT da 15ª Região, o Exmo. Sr. Desembargador Lorival ►



Durante a abertura da reunião, o Corregedor Regional da 15ª Região, Exmo. Sr. Desembargador Gerson Lacerda Pistori, recebeu os Juízes titulares.

Ferreira dos Santos, assumiu a fala para saudar os magistrados presentes e comentar as mais recentes ações da Presidência nesse início de mandato. A primeira das ações comentadas foi a inauguração das novas instalações da Vara do Trabalho de Garça, que foram muito elogiadas. A partir desse tópico, o Presidente da Corte deu sequência reafirmando o compromisso da gestão anterior em obter melhorias estruturais para a 15ª Região, razão pela qual o magistrado elogiou o trabalho do Desembar-

gador Flavio Allegretti de Campos Cooper, que presidiu a Corte no biênio 2012-2014.

Dentro deste tópico, o Desembargador Lorival destacou o trabalho que vem sendo conduzido em Brasília com vistas à criação de novas Varas do Trabalho e cargos de magistrados e servidores, proposta de grande relevância devido ao *deficit* histórico de recursos humanos na 15ª Região. Também salientou a atuação da Corte por meio do Comitê Regional de Erradicação do Trabalho Escravo

e do Tráfico de Pessoas, presidido pelo Desembargador Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, e do Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil, cujo Presidente é o Desembargador João Batista Martins César.

Por fim, o Presidente do Tribunal lembrou os magistrados presentes da vocação conciliatória da Justiça do Trabalho. Dessa forma, incentivou a aplicação da boa persuasão durante as tentativas de acordo, o que pode ajudar a melhorar a efetividade do Judiciário Trabalhis- ►

ta, cujo maior gargalo é justamente a execução das sentenças. “Os núcleos de execução já estão funcionando bem; e agora, com a criação dos núcleos de conciliação vinculados àqueles núcleos, a expectativa é de que o grau de satisfação do jurisdicionado aumente em relação à prestação jurisdicional”, ressaltou o Desembargador Lorival ao se referir aos recém-criados Centros Integrados de Conciliação (CIC).

Após breve intervalo, a Juíza Auxiliar da Corregedoria, Exma. Sra. Maria da Graça Bonança Barbosa, se apresentou e, no ensejo, reafirmou a proposta da Corregedoria em estabelecer contato com os magistrados ali presentes, de modo a manter o vínculo entre a primeira instância e a instituição. “O nosso objetivo é ouvir o Juiz titular e valorizá-lo, afinal é ele que virá até a Corregedoria quando se fizer necessária a atuação institucional em sua unidade”, apontou a Juíza Maria da Graça.

Em prosseguimento a sua fala, esclareceu que o Mapeamento Global de Desempenho (MGD), importante ferramenta de leitura de

cenários, fora escolhido para representar o trabalho da Corregedoria naquela reunião. Reconheceu, ainda, que o MGD é alvo de críticas e de certa desconfiança por parte dos Magistrados, mas que se constitui em projeto ainda em aprimoramento, de modo que está sendo conduzido trabalho em prol da obtenção de “dados mais fidedignos e indicadores mais precisos”, assinalou a Magistrada.

Dando continuidade à reunião, a Juíza Maria da Graça passou a palavra ao Secretário da Corregedoria, Vlademir Nei Suato, que ficou incumbido da explanação sobre o funcionamento do MGD. Assim, o Secretário começou por esclarecer o objetivo por trás da ferramenta, que é o de “otimizar não apenas o custo financeiro do trabalho realizado nas unidades de primeira instância, mas principalmente o custo de vida envolvido”.

Desenvolvendo o assunto, explicou brevemente as dificuldades existentes no mapeamento dos processos para que os gestores pudessem melhor se municiar para o gerenciamento do trabalho em sua unidade. “Quando o

gestor não consegue medir, ele não consegue melhorar”, asseverou Vlademir, se referindo aos indicadores, números e gráficos que compõe o MGD. “Ainda que o Diretor de Secretaria obtenha resultados positivos em sua Vara, sem uma ferramenta de análise de dados que permita a leitura do cenário da unidade, não é possível identificar como aquele resultado foi alcançado. Suprir essa necessidade foi uma das principais motivações para o desenvolvimento do MGD”, concluiu.

Após apresentar um histórico conciso das experiências que levaram a Corregedoria a desenvolver o MGD, o Secretário discorreu sobre os diferenciais da ferramenta, especialmente o método comparativo e a calibração do índice de produtividade de acordo com a força de trabalho disponível, o que permite identificar as unidades que precisam de maior ajuda institucional. “Assim é possível otimizar os esforços da instituição e direcioná-los aos casos mais críticos, apesar da exiguidade de servidores”.

Ao retomar a palavra, a Juíza Auxiliar da Corregedoria





Na vista de cima, os magistrados titulares da circunscrição de Campinas reunidos para ouvir os Desembargadores dirigentes do Tribunal.

doria estimulou a participação dos colegas de magistratura e fez isso iniciando o debate, ao sugerir que o MGD deveria englobar em seu índice de força de trabalho um peso para os Magistrados que atuarem na unidade. A partir desse estímulo, os Juízes presentes se manifestaram por meio de críticas, sugestões e perguntas, o que gerou um ambiente propício à absorção do conteúdo exposto e de

seus desdobramentos no dia a dia das Varas.

Como última pauta da reunião, a Juíza Maria da Graça iniciou explanação a respeito do Núcleo de Pesquisa Patrimonial (NPP), coordenado pela Corregedoria e localizado fisicamente na Secretaria da Corregedoria. A Magistrada esclareceu que “o Núcleo se constitui enquanto unidade de inteligência, com o poder de devassar a vida do

executado e das pessoas que o circundam, razão pela qual representa uma nova postura frente aos devedores que se furtam à Justiça”.

No ensejo, o Juiz Auxiliar da Presidência do TST, Exmo. Sr. Renan Ravel Rodrigues Fagundes, foi chamado para falar sobre o Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – SIMBA, ferramenta utilizada pelo NPP quando da realiza- ►

ção das pesquisas. Para introduzir o tópico, o Juiz Renan lembrou que “o SIMBA foi utilizado pela Polícia Federal durante as investigações da operação Lava Jato e obteve excelentes resultados na identificação dos fluxos financeiros que revelaram a movimentação ilícita de recursos e o envolvimento dos acusados de participar do esquema”.

Para apresentar outra ferramenta utilizada pelo NPP, o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Exmo. Sr. Oséas Pereira Lopes Junior, assumiu a fala e discorreu acerca do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional – CCS, que já está presente

no dia a dia dos Magistrados nas Varas do Trabalho. Ao ressaltar a existência de alguma semelhança entre o CCS e o SIMBA, já que ambas as ferramentas permitem acesso a informações bancárias, o Juiz Oséas esclareceu que “o CCS representa uma etapa de pesquisa patrimonial preliminar ao SIMBA”.

Ao final do evento, o Juiz titular da 2ª Vara do Trabalho de Limeira e atual Vice-Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região – AMATRA XV, Exmo. Sr. Luís Rodrigo Fernandes Braga, proferiu agradecimentos pela parceria com a Corregedoria, que vem gerando bons

frutos para a magistratura da região.

Para concluir as atividades da reunião, o Corregedor Regional reafirmou a importância do diálogo para a solução dos problemas e agradeceu a presença de todos.

No dia 5 de março, uma quinta-feira, foi realizada reunião com os magistrados titulares da circunscrição de Bauru, nos mesmos moldes da realizada em Campinas.

Faz parte do planejamento estratégico da Corregedoria realizar encontros como esse nas oito circunscrições da 15ª Região, em datas a serem definidas. ♦

## Fórum piracicabano se destaca por prática conciliatória

Dentre as observações constantes das atas de correição ordinária, lavradas durante realização do procedimento no Fórum Trabalhista de Piracicaba, o Exmo. Desembargador Corregedor Regional consignou Elogios às três Varas do Trabalho piracicabanas pela adoção de prática, constatada naquela oportunidade, consistente na realização de audiência de conciliação dos processos baixados do Tribunal, as quais são conduzidas pela pró-

pria Juíza Titular, na 1ª Vara, pela Diretora de Secretaria, na 2ª Vara e por servidor da própria unidade na 3ª Vara, com excelentes resultados.

Trata-se de prática de alta relevância, por permitir uma maior celeridade e efetividade na prestação jurisdicional, por estimular uma composição dos conflitos envolvendo o compromisso voluntário por parte da reclamada em quitar seu débito. ♦

## ENFOQUE DE ATUAÇÃO

## Correições ordinárias unem diálogo, orientação e fiscalização

Ao longo do tempo, o papel exercido pela Corregedoria em diversas instituições públicas vem se transformando para afastar a ideia de órgão punitivo, já não mais preponderante em seus valores constitutivos. O movimento percebido é na direção de tornar-se um órgão consultivo, visando, sobretudo, a orientação dos processos de trabalho, de modo a colaborar para a entrega célere e efetiva da prestação jurisdicional, indo ao encontro da expectativa social. Nesse sentido, fiscalizar ainda se faz necessário; mas orientar é sempre possível, seja como medida de aprimoramento do trabalho, seja como medida pedagógico-corretiva após constatada uma falha ou deficiência.

No âmbito da 15ª Região, a postura de assumir o diálogo como viés comum a todas as ações da Corregedoria acompanha a tendência de atuação, já bastante incorporada ao órgão, de não apenas fiscalizar, mas principalmente orientar as unidades judiciárias. O diálogo aproxima instituição e primeira instância, assim como aproxima a sociedade, movimento tão importante quanto necessário na articulação de um esforço coletivo e colaborativo em favor de uma Justiça do Trabalho célere e efetiva.

Nesse empenho de unir agentes para gerenciar processos de trabalho de maneira

eficaz, a uniformização dos procedimentos surge como principal foco da Corregedoria para o ano de 2015, objetivando padronizar, em toda a primeira instância, as melhores práticas processuais e de gestão, fortalecendo o sentido de unidade da instituição.

Dentre as muitas ações em desenvolvimento, as correições ordinárias constituem-se como atividade precípua da Corregedoria, por meio da qual o Corregedor analisa, ao longo de todo o ano, diversos aspectos organizacionais, operacionais e processuais de todas as unidades de primeira instância, tomadas uma a uma. Também são alvo do procedimento os Postos Avançados, Coordenadorias de Distribuição de Feitos, Centrais de Mandados e Núcleos de Execução. Ano a ano ocorre a fiscalização dos procedimentos de trabalho, assim como o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assegurando a efetividade e qualidade dos serviços prestados ao jurisdicionado.

Muito embora grande parte das informações apreciadas durante o procedimento correicional sejam obtidas de forma automatizada, com base no sistema e-Gestão, a visita do Corregedor às unidades judiciárias é imprescindível. Isso porque muitas das dificuldades e necessidades não são reveladas pelos





A partir da esquerda, o Corregedor Regional da 15ª Região, Exmo. Sr. Desembargador Gerson Lacerda Pistori, e a equipe de correição que o acompanha.

números; é ao conhecer a realidade material, rotinas de trabalho, assim como magistrados e servidores que se torna possível encontrar soluções para as questões colocadas.

Ademais, as correições ordinárias dão azo à aproximação entre instituição e primeiro grau, assim como entre instituição e comunidade, uma vez que o Corregedor e sua equipe recebem, durante as visitas, advogados, partes e autoridades locais, para levantamento de informações e impressões. Esse diálogo e consequente aproximação sucedidos durante as

correições, permitem uma maior fluidez e alinhamento das futuras parcerias institucionais entre Corregedoria e Vara do Trabalho, potencializando as ações a serem desenvolvidas.

Conjuntamente à proposta de efetivar a uniformização dos procedimentos por meio da aproximação e do diálogo, se utiliza também o mecanismo de imposição de certas adequações imprescindíveis à melhora da Vara. Assim, são feitas determinações em atas, cujo descumprimen-



Na segunda posição a partir da direita, o Vice-Corregedor Regional, Exmo. Sr. Desembargador Manuel Soares Ferreira Carradita, e, na primeira posição do lado esquerdo, o Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria, Exmo. Sr. Oséas Pereira Lopes Junior, acompanhados da equipe de correição.

to implica a tomada de providências visando apurar as falhas. Não obstante o caráter pedagógico-corretivo dessas providências, busca-se com elas certo grau de coercibilidade, de modo que o Diretor de Secretaria deve buscar o aprimoramento de sua gestão, visando extrair o melhor de sua equipe, sem descuidar da qualidade de vida de seus subordinados.

Quando do não cumprimento das determinações fixadas em ata, é autuado expediente administrativo denominado “Pedido de Providências”, para acompanhamento dos índices de desempenho da unidade durante determinado período de tempo. Dentre as ações resultantes deste acompanhamento, estão o desenvolvimento de um plano estratégico, assim como o assessoramento realizado por uma equipe multidisciplinar, tendo como propósito aprofundar o diagnóstico psicossocial da equipe, a fim de resolver problemas enraizados nas relações humanas. Também se pretende diagnosticar problemas de gestão, para adequação ou substituição do gestor.

As correções represen-

tam um momento importante não só para as Varas do Trabalho, mas também para a comunidade, sendo fundamental ouvir autoridades, advogados e partes, sem que estes precisem se deslocar até a sede do Tribunal. Ademais, é direito do jurisdicionado a garantia de que os órgãos jurisdicionais sejam fiscalizados e de que as informações obtidas sejam públicas, no sentido efetivar o princípio da transparência.

As atas das correções são públicas e podem ser acessadas através do site do TRT15, no portal da Corregedoria. As informações das 153 Varas do Trabalho e demais unidades são disponibilizadas conforme ocorre a lavratura das respectivas atas, após visitas agendadas de acordo com as datas publicadas nos editais de correção, também disponibilizados no site do Tribunal.

No intuito de agilizar a elaboração das atas, houve o desenvolvimento de um sistema conhecido por e-Correção, permitindo automatizar a geração do corpo do documento, inclusive para obtenção e inclusão de informações administrativas.

Nada obstante a ata esteja quase completa quando a equipe de correção deixa a sede do Tribunal, sua assinatura se dá somente durante a visita, após consignadas as informações obtidas presencialmente.

Em síntese, as correções ordinárias permitem à Corregedoria dirigir-se fisicamente às unidades de primeiro grau, momento durante o qual prevalece o diálogo como viés de solução de problemas e alinhamento institucional. Existe também o dever de fiscalização, mas a orientação dos processos de trabalho, visando a uniformização dos procedimentos, é o caminho escolhido para se atingirem resultados cada vez melhores. Assim, os grandes focos da Corregedoria se fazem presentes: orientação, diálogo e uniformização. O procedimento correicional sintetiza toda a abordagem da Corregedoria, seus princípios e seus meios de atuação, possuindo grande influência no atingimento da qualidade da prestação jurisdicional e qualidade de vida, objetivos consonantes com diretrizes nacionais para todo o Poder Judiciário. ♦



# *O diálogo é o melhor caminho.*



Se, por meio do **diálogo**, orientações são transmitidas e soluções são conjuntamente encontradas, a **uniformização** se mostra como o resultado do esforço de todos para aplicar as melhores técnicas, o que impacta diretamente na vida do **jurisdicionado**.

O comprometimento da Corregedoria é esse, orientar por meio do diálogo, buscando, junto da primeira instância, as melhores soluções para o alinhamento institucional e a uniformização dos procedimentos.